



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO JOÃO PESSOA  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CAREN LENNY DA SILVA CORDEIRO**

**SISTEMÁTICA DO COMÉRCIO EXTERIOR NA PARAÍBA ENTRE OS ANOS  
DE 2008 A 2012: Análise exploratória sob o impacto da crise financeira**

**JOÃO PESSOA - PARAÍBA  
2014**

**CAREN LENNY DA SILVA CORDEIRO**

**SISTEMÁTICA DO COMÉRCIO EXTERIOR NA PARAÍBA ENTRE OS ANOS  
DE 2008 A 2012: Análise exploratória sob o impacto da crise financeira**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE  
CURSO apresentado ao Curso de  
Relações Internacionais da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito à  
obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dr. Jacqueline Echeverría Barrancos

**JOÃO PESSOA - PARAÍBA  
2014**

C794s

Cordeiro, Caren Lenny da Silva

Sistemática do comércio exterior na Paraíba entre os anos de 2008 a 2012 [manuscrito] : análise exploratória sob o impacto da crise financeira/ Caren Lenny da Silva Cordeiro. – 2014

31p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso ( Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

“Orientação : Profa. Dr<sup>a</sup>. Jacqueline Echeverría Barrancos, Departamento de Arquivologia”.

1.Comércio Exterior da Paraíba. 2.Crise de 2008. 3. Impacto Financeiro. I. Título.

21. ed CDD 382

CAREN LENNY DA SILVA CORDEIRO

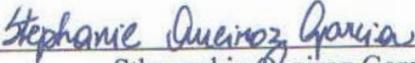
**SISTEMÁTICA DO COMERCIO EXTERIOR NA PARAÍBA ENTRE OS ANOS  
DE 2008 A 2012: Análise exploratória sob o impacto da crise financeira**

Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

Aprovado(a) em 27/11/2014.

  
\_\_\_\_\_  
Professor(a) Jacqueline Echeverría Barrancos / UEPB  
Orientador(a)

  
\_\_\_\_\_  
Professor(a) Ana Lúcia Carvalho de Souza / UEPB  
Examinador(a)

  
\_\_\_\_\_  
Stephanie Queiroz Garcia  
Examinador(a)

À minha família de sangue, em especial minha mãe, por todo amor, dedicação e intercessão. E à minha família de afeto, por todo incentivo e apoio.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR, CONCEITOS E VARIÁVEIS</b> .....	<b>8</b>
2.1	A GLOBALIZAÇÃO COMO PROPULSORA DA EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL .....	10
2.2	ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS PARA ENTENDER O COMÉRCIO EXTERIOR .....	13
<b>3</b>	<b>REFLEXOS DA CRISE INTERNACIONAL NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO</b> .....	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>SISTEMÁTICA DO COMÉRCIO EXTERIOR PARAIBANO ENTRE 2008 E 2012</b> .....	<b>20</b>
<b>4.1</b>	<b>PRINCIPAIS EMPRESAS PARAIBANAS ATUANTES NO COMERCIO INTERNACIONAL</b> .....	<b>24</b>
<b>4.2</b>	<b>PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS INTERNACIONALMENTE PELA PARAÍBA</b> .....	<b>25</b>
<b>4.3</b>	<b>INFRAESTRUTURA PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL PARAIBANO</b> .....	<b>26</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>27</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>29</b>

## **SISTEMÁTICA DO COMERCIO EXTERIOR NA PARAÍBA ENTRE OS ANOS DE 2008 A 2012: Análise exploratória sob o impacto da crise financeira**

**Aluna:** Caren Lenny da Silva Cordeiro  
Graduanda em Relações Internacionais – UEPB

**Orientador (a):** Prof<sup>o</sup>. Dra. Jacqueline Echeverría Barrancos  
Professora do Curso de Graduação de Relações Internacionais – UEPB

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar a sistemática do comércio exterior do Estado da Paraíba na forma de pesquisa científica e avaliar propriamente o impacto macroeconômico no período de 2008 a 2012, considerando as mudanças produzidas pela crise financeira de 2008 ocorrida nos Estados Unidos. Especificamente foram investigadas as empresas que atuaram nessa época, segundo o arranjo e segmento produtivo. Como procedimentos metodológicos adotou-se a combinação de métodos: exploratório e documental, na qual foram observados dados secundários, já obtidos em pesquisas preliminares. Por fim, conclui-se que a sistemática de comércio exterior no Estado da Paraíba sofreu algumas alterações motivadas pela crise internacional e suas imposições políticas fundamentadas pela interdependência econômica do comércio internacional.

**Palavras-chave:** Comércio Exterior da Paraíba. Crise de 2008. Impacto Financeiro.

### **I INTRODUÇÃO**

Ao reconhecer que nenhum país pode se considerar autossuficiente na elaboração de mercadorias, produtos, ou serviços, o comércio entre diferentes nações torna-se uma prática que justifica a sua necessidade para o exercício e desenvolvimento econômico. Pode-se emitir a opinião de que reconhecemos como comércio internacional as relações internacionais que implicam obrigatoriamente em uma reciprocidade das atividades de permuta, troca, transações de compra e venda de produtos e serviços, resultante das especializações de cada nação. Consequentemente exportar pode ser um excelente negócio para uma empresa e para um país, desde que os gestores estejam conscientes da importância de planejamento e de uma política que leva em conta o conhecimento e o domínio das regras do comércio internacional. O impacto positivo dessa atividade está relacionado a vários fatores e acontecimentos, sendo um deles o fenômeno da globalização que desencadeou fortes mudanças nas relações comerciais e internacionais de uma forma muito rápida em virtude do avanço das tecnologias da informação.

Essa dinâmica de mercado tem sido reconhecida a partir da década de 1990, como o fenômeno chamado de Internacionalização Acelerada, onde empresas de base tecnológica se internacionalizaram de modo acelerado, algumas desde a sua fundação e outras com poucos anos após sua criação. Segundo especialistas, essa internacionalização é influenciada tanto por uma localização favorável quanto pelas variáveis que a orientam para a arena internacional, como a globalização dos mercados, os avanços nas tecnologias da informação e comunicação, aprimoramento dos métodos de produção e o desenvolvimento dos transportes e logística internacional (RIBEIRO; ALMEIDA JR; BORINI, 2012).

Nesse contexto de globalização – onde tecnologias, capitais e pessoas circulam todo o globo sem depender de fronteiras – o sistema neoliberal e a desregulamentação do mercado têm estimulado as trocas comerciais e internacionais promovendo competitividade e estímulo para desenvolvimento econômico de uma região, estado ou país.

Entretanto, o mundo dos negócios é afetado por forças macroeconômicas que podem dar lugar a oportunidades de mercado e como também gerar ameaças traduzidas em crises político-econômicas de caráter mundial em conjunto com algumas dificuldades estruturais e de caráter local que podem atrapalhar o desempenho da atividade comercial entre nações, principalmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Nesse sentido, ao afirmar que o comércio exterior tem papel importante no desenvolvimento econômico e social de uma nação, estamos nos referindo a uma prática comercial presente em todos os setores de atividade, influenciando processos e fornecendo matérias-primas, tecnologia ou inteligência empresarial. Muitos especialistas da área, como também gestores da Administração Pública e do setor privado defendem que o comércio exterior pode ser uma ótima saída para minimizar os riscos provenientes de mudanças políticas ou crises econômicas internas, além de se apresentar como alternativa para acelerar o desenvolvimento não só econômico, mas também social e estrutural de um país, região ou local isolado (SOUSA; 2010).

Em estudo sobre a relação entre o comércio internacional e o desenvolvimento econômico e social, especialistas afirmam que para cada 1 bilhão de dólares de exportação são criados cerca de 50.000 empregos. (MICHEL; RIGUETT, 2007).

Tal cenário de opulência e desenvolvimento tem impactado na crescente importância do Comércio Exterior brasileiro, refletida nos sucessivos aumentos das

exportações e importações, com reflexo positivo no saldo da balança comercial como divulga o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e do Comércio Exterior (MDIC) um superávit de US\$ 40,039 bilhões em 2007, resultante de exportações de US\$ 160,649 bilhões e também a contribuição das importações para o PIB brasileiro, com 9,2% em 2007, e das exportações para o com 12,2%.

É nesse cenário de complexidade que o artigo tratará de abordar a sistemática do comércio exterior do Estado da Paraíba entre os anos de 2008 à 2012 com foco na análise do impacto da crise econômica de 2008. A metodologia aplicada consistiu em um levantamento de dados coletados nos principais órgãos gestores do comércio exterior da Paraíba como: MDIC, Receita Federal (RF) e Banco Central (BECEN) além do levantamento de outras fontes de informações, sobre a balança comercial do estado, empresas que atuam no comércio internacional, os principais destinos, produtos, potenciais, e possíveis entraves para a atividade em foco. Em resumo, o artigo apresenta o perfil estadual do comércio exterior da Paraíba considerando o período determinado e investigando o impacto da crise internacional de 2008.

Diante desse panorama, devemos considerar que uma análise ponderada, e que pretenda ser realizada a partir dos acontecimentos contemporâneos no âmbito do comércio exterior, exige o conhecimento de processos históricos que formaram o caminho percorrido até o presente. Portanto, para analisar o comportamento da sistemática de exportação e importação no período de 2008 a 2012 o artigo se desenvolveu explanando inicialmente sobre o desenvolvimento e conjuntura do comércio internacional e em seguida segue para a abordagem da influência da crise econômica e por fim apresentamos a análise do comércio exterior local. O trabalho seguiu à luz das principais teorias de comércio exterior como fonte de fundamentação para análise dedutiva dos dados que serão apresentados.

## **2 EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR, CONCEITOS E VARIÁVEIS**

A insuficiência de mercadorias, produtos ou serviços para atender a demanda de um país justifica a prática do comércio exterior. Porém, há quem defenda que a motivação para a comercialização entre diferentes países ultrapassa a lógica da necessidade e passa a ser essencialmente uma questão econômica.

Enquanto nos primórdios da civilização as trocas existiam com base nas necessidades, no contexto atual, o comércio se estabelece para obtenção do lucro e

nessa lógica não apenas importando o que não temos em nosso próprio país, mas sim na sua maioria muitos produtos que já possuímos, porém, mesmo diante do gasto da importação ainda se sustentam com menor custo e com melhor competitividade. (SEGRE, 2010)

A teoria das vantagens comparativas tenta explicar essa lógica do comércio entre diferentes nações, desenvolvida pelo economista David Ricardo em 1817, essa teoria se baseia no princípio do livre comércio e no efeito positivo que o mesmo exerce sobre a produtividade e especialização dos países, já que passaram a produzir em grande escala o que possuímos maiores vantagens comparadas ao custo de produção em outro país. Essa teoria tem sido usada como prerrogativa para afirmar a abertura comercial e acusar as medidas protecionistas que impedem o curso do mercado. (DIAS, 2004)

Dessa forma constata-se que nas últimas décadas, o crescimento do comércio exterior tem sido apontado como um dos principais pilares da evolução econômica, social e política de um grande número de Países e Blocos Econômicos. Esse crescimento na evolução da atividade de comércio exterior é visível a partir da criação de organismos internacionais no Século XX, a saber, o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Internacional do Comércio (OIC), Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas (ONU) e posteriormente corrigindo o antigo GATT, foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na vasta literatura do comércio exterior, são diversos os argumentos da ampliação do comércio internacional e, em anos mais recentes, da abertura comercial praticada por várias economias nacionais e socialistas. A ampliação do comércio e da liberalização para alguns especialistas produz uma melhor distribuição dos recursos domésticos, ajustando antigas distorções geradas por muitos anos de práticas protecionistas e arcaicas; propiciando dessa forma um leque de escolhas para a sociedade, decorrentes da oferta e diversidade de produtos aos consumidores. Esse processo de liberalização, explica Kotler e Keller (2006); promove ganhos de eficiência técnica e operacional no sistema produtivo por elevar a produtividade das empresas e indústrias, em virtude da sua maior exposição à concorrência internacional; que conduz a gestão da especialização e economias de escala na esfera produtiva, propiciando uma melhor divisão do trabalho, e uma sequência de efeitos dinâmicos, associados à desobstrução de canais que levam a fluxos modernizantes de ideias, experiências e inovações tecnológicas em vários segmentos da economia de mercado.

Em termos de praticidade e facilidade da criação de políticas de incentivo para o comércio exterior o governo brasileiro (MDIC), por intermédio de Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, criou o Sistema Integrado de Comércio Exterior<sup>1</sup> (SISCOMEX), cujo objetivo primordial foi informatizar e integrar os processos relativos às operações de comércio exterior em um único programa ou plataforma tecnológica que unifica a atuação e controle dos três órgãos (BECEN), (RF), e A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). (BRASIL, 2007)

A eliminação de documentos, a velocidade na troca de informações e análises necessárias bem como a integração com outros sistemas agilizou e desburocratizou os trâmites das operações de exportação.

Na última década, por exemplo, o comércio exterior do Brasil teve um vigoroso crescimento, elevando o país à 22ª posição no ranking de comércio internacional, com aumento de mais de quatro vezes (passando de US\$ 111 bilhões para US\$ 482,3 bilhões, de 2000 a 2011). (BRASIL,2013)

## **2.1 A Globalização como propulsora da evolução do comércio internacional**

Observar a intensa circulação de fatores de produção por todo o mundo durante as últimas décadas torna mais fácil aceitar a concretização do fenômeno da globalização, que é entendido como um processo onde o movimento de capitais e tecnologias tem se responsabilizado pela mudança radical no tratamento jurídico sobre o comércio internacional devido ao seu caráter intranacional. (RAMOS, 2004)

Esse fenômeno da globalização age, portanto, como um instrumento de aceleração das capacidades do comércio entre nações, e aliado ao novo sistema liberal e de desregulamentação do mercado, veio tornar indefinidas as fronteiras entre as políticas internas e externas de um Estado. (RAMOS, 2004)

Ramos (2004) afirma que a interdependência econômica surge como produto desse novo estágio de comercialização mundial. Por sua vez, Dias (2004) argumenta que esse novo estágio das relações comerciais entre países foi inaugurado com o processo de expansão marítima europeia, o movimento colonialista, e vem se consolidando com maior força pós-segunda guerra.

---

<sup>1</sup> O Siscomex é uma ferramenta que acompanha e controla as atividades de comércio exterior onde atua na integração das atividades de registro. Esse sistema permite acompanhar a saída e ingresso de mercadorias e facilita a troca de informações entre os órgãos responsáveis pela autorização e fiscalização.

Embora o termo globalização se tenha convertido nos últimos anos em uma expressão de uso corrente, sendo utilizados nos mais variados contextos, o fenômeno que procura descrever teve seu início no século XVI com a expansão da economia europeia para regiões da América, Ásia e África. Atualmente, e de modo geral, tem sido empregado com mais frequência no sentido de indicar a existência de uma profunda interdependência, principalmente econômica, entre os países (DIAS, 2004, pg.179).

A necessidade da formulação de mecanismos reguladores da atividade comercial mundial é proveniente da diversidade e complexidade das nações, atores e cenários. As práticas comerciais que ocorrem no mundo globalizado tendem ao conflito de interesses e por essa razão tornou-se necessário a formulação de um consenso jurídico a fim de garantir o desenvolvimento do comércio internacional em bases legais e comuns a todas as nações (RAMOS, 2004).

Sobre essa temática, vale a pena ressaltar que a Organização Internacional do Comércio (OIC), primeira instituição formulada para coordenar o sistema de comércio internacional, não chegou a ser instituída e reconhecida como tal. Porém, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) lançado durante a proposta da OIC foi ligeiramente adotado como um Acordo Provisório “que cobria apenas a questão relativa à negociação das tarifas tributárias e regras de comércio internacional visando à liberalização do comércio mundial negociado em 1947” (RAMOS, 2004, pg.150). É importante citar que o (GATT) não se estabeleceu enquanto organização, mas significou um passo importante para a liberalização do comércio internacional. Uma organização responsável pela coordenação do comércio mundial só seria firmada cerca de 50 anos à frente quando em uma das rodadas de negociação sobre tarifas de comércio, no Uruguai, foi consolidada a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1º de janeiro de 1995 e desde então tem atuado como a principal instância para administrar o sistema multilateral de comércio internacional. A (OMC) tem por objetivo estabelecer um marco institucional comum para regular as relações comerciais entre os diversos membros que a compõem, estabelecer um mecanismo de solução das controvérsias comerciais, tendo como base os acordos comerciais atualmente em vigor, e criar um ambiente que permita a negociação de novos acordos multilaterais e plurilaterais entre os Membros. (BRASIL, 2013). Esse pacto foi assinado por 123 países e trouxe com o histórico do GATT o regimento por uma série de acordos legais (RAMOS, 2004).

A principal função da OMC, como relata Pereira (2005), é garantir que fluxo do comércio internacional ocorra sem significativas complicações de maneira livre, regular

e previsível. Para atingir esse objetivo a organização deve contar com a gerência dos acordos de comércio, atuar como um fórum para negociações comerciais, arbitrar disputas comerciais, revisar políticas nacionais de comércio além de dar auxílio aos países em desenvolvimento nas questões de política comercial através de assistência técnica e também de programas de treinamento e cooperação com outras organizações internacionais.

Ramos (2004) argumenta ainda que os resultados da rodada do Uruguai não se resumem apenas na criação da OMC, mas cita outros importantes avanços nas negociações. A inclusão de setores de discussão antes excluídos como, por exemplo, a agricultura, têxteis, serviços, propriedade intelectual, e medidas de investimento foi um importante passo nas negociações como fala Ramos,

A redução das tarifas médias para produtos industriais e para produtos agrícolas tanto nas economias desenvolvidas quanto nas economias em desenvolvimento foi negociada. Temas como antidumping, subsídios, salvaguardas, regras de origem, licenças de importação, barreiras técnicas, medidas fitossanitárias, valoração aduaneira, inspeção de pré-embarque e investimentos relacionados ao comércio, entre outros, tiveram suas regras melhoradas. (RAMOS, 2004, p.159)

A partir das considerações expostas até aqui é válido dizer que a constituição da OMC representou um fator importante para o prosseguimento da evolução do comércio internacional. Sobre isso Prates argumenta que “a OMC corporifica uma proposta ambiciosa de imposição de uma ordem aperfeiçoada do comércio internacional e constitui o principal instrumento atual para acabar com as guerras comerciais”. (PRATES,1998, p.94)

Nesse atual cenário de desenvolvimento do comércio mundial Fiorati (2002) vai explicar que a insuficiência econômica dos países em si mesmos, nos remete a dedução de que na atualidade o prolongamento da economia nacional a nível internacional é um dos meios mais viáveis para a geração de crescimento econômico e aumento da riqueza dos Estados. Pois, o advento do comércio internacional proporciona uma maior produtividade que se traduz em mais empregos, renda e ainda melhores índices educacionais que age diretamente no desenvolvimento da qualidade de vida da nação.

Conclui-se, portanto, que a evolução do comércio internacional está inteiramente ligada a necessidade dos estados aprofundar o relacionamento comercial para além de suas fronteiras. Em território externo, os Estados buscam mercadorias ausentes ou de melhor qualidade como forma de complementar a economia nacional, e vendem suas especialidades ou os excedentes da produção nacional. É nessa lógica que o comércio

entre nações se destaca como atividade indispensável, de suma importância para um país, região ou estado.

## **2.2 Algumas abordagens teóricas para entender o Comércio Exterior**

As primeiras ideias sobre comércio internacional surgiram exatamente entre os séculos XVII e XVIII, período das grandes descobertas pelo mundo, quando o aumento populacional se expressou com mais força e incentivou a formação de uma nova classe de comerciantes. O mercantilismo se destaca como a primeira teoria do comércio internacional, sustentado pela visão metalista (de acúmulo de metais preciosos) defendia a preservação de uma balança comercial sempre favorável, ou seja, promovendo ao máximo as exportações e buscando minimizar as importações (OLIVEIRA, 2007).

Essa teoria construiu um pensamento protecionista que por muito tempo atrapalhou o desenvolvimento do comércio exterior. Espelhando-se no jogo de soma-zero, no mercantilismo se um país ganha o outro sempre perde na prática das trocas comerciais. Contudo, a evolução do pensamento econômico sobre o comércio entre nações trouxe à tona a necessidade de flexibilizar e facilitar as trocas internacionais. O movimento globalizacional, políticas liberalistas, acordos aduaneiros e multilaterais são exemplos claros da situação atual.

O comércio exterior pode ser compreendido pelo processo de troca de bens e/ou serviços entre diferentes nações, ou seja, onde ocorre o comércio para além das fronteiras de um Estado ou zonas aduaneiras (SEGRE, 2010). Nesse processo existem duas vias para efetuação de uma comercialização externa, a exportação e a importação.

Segundo o economista Keedi (2011, p.15), considera-se atividade de exportação “o ato de remeter a outro país mercadorias produzidas em seu próprio território ou em terceiros países, que sejam de interesse do país importador, e que proporcionem a ambos vantagens na sua comercialização ou troca”. Geralmente países, estados ou regiões que possuem grande potencial produtivo em determinados produtos tendem a exportar o excesso da produção que não é consumida pela população local.

A importação, por sua vez, se define pelo oposto do que foi citado na definição de exportação, importar seria “adquirir em outro país ou trocar com este, mercadorias de seu interesse, que sejam úteis à sua população e seu desenvolvimento, isto é, a entrada de bens produzidos no exterior” (KEEDI, 2011, p.15).

A importação deve ser considerada como atividade indispensável a uma nação, ou região porque é responsável pela ampliação da escolha e das opções de produtos a serem utilizados pela população, como também é responsável pela ampliação do quadro de fornecedores, fatores que influenciam diretamente no aumento da qualidade de vida da sociedade a partir da oferta de preços mais competitivos na economia. Nessa lógica comercial tendemos a afirmativa de que empresas importadoras são mais sensíveis ao contato com o conhecimento e novas tecnologias, e por isso possuem maior poder de barganha e maior capacidade em aperfeiçoar a competitividade (PEIXOTO, 2013).

A diversificação de mercados é de fato o fator que mais motiva uma empresa a exportar. A exportação se estabelece como atividade de extrema importância quando a empresa ganha a capacidade de atuar no exterior além de seu mercado interno, pois aumenta seu leque de clientes e reduz o risco de ser atingida por crises de mercado como, por exemplo, a queda de preço, redução do consumo ou de ser ainda prejudicada pelas mudanças que ocorrem na política governamental (KEEDI, 2011). Essa diversificação de mercados significa também a expansão do montante produzido pela empresa que conseqüentemente gera mais empregos, maior capacidade de consumo da população e maior competitividade além do aprimoramento dos recursos humanos e tecnológicos exigidos pelo acirramento da concorrência. (KEEDI, 2011)

Além do tipo de exportação a ser desenvolvido, outra 'variável' de extrema importância para o prosseguimento desse processo de comercialização internacional é a via de transporte, o modo como essa atividade será estabelecida. Sobre essa temática é suficiente dizer que a principal via de transporte internacional utilizada para exportação e importação é a via marítima.

O Brasil possui uma faixa litorânea com 7.367 km de extensão linear, o que lhe confere um grande potencial para a utilização do transporte marítimo. Destacando ainda que esse modal possui um dos menores custos e a maior capacidade de carga, além de ter um índice reduzido de poluição do meio ambiente comparado a outros tipos de transporte, sabe-se que a via marítima foi responsável por cerca de 85% das exportações em valor em todo o Brasil e considerando o peso teve cerca de 96% das exportações durante o ano de 2011 segundo dados obtidos no Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2012). Segundo a Associação de Estudos de Comércio Exterior do Brasil/AEB (2012) essa realidade por si só justifica a necessidade de uma infraestrutura portuária eficaz e digna de responder as exigências de ser

praticamente a única via de acesso entre o Brasil e o mercado internacional. Segundo Informações do MDIC,

O sistema portuário brasileiro é composto por 34 portos públicos, entre marítimos e fluviais. Desse total, 16 são delegados, concedidos ou tem sua operação autorizada à administração por parte dos governos estaduais e municipais. Existem ainda 42 terminais de uso privativo e três complexos portuários que operam sob concessão à iniciativa privada (MDIC, 2013).

A partir dessas considerações, podemos concluir que a situação dos portos de um país ou Estado pode ser apontada como a variável infraestrutural mais pertinente para o comércio exterior, podendo auxiliar no crescimento das trocas comerciais ou podendo ser responsável pelo seu travamento.

Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT, 2012) mesmo após o desenvolvimento gerado pela Lei de Modernização dos Portos (Lei n 8.630/93), o sistema portuário brasileiro foi classificado na 135ª posição pelo Relatório de Competitividade Global de 2012/2013 do Fórum econômico Mundial, que avaliou a qualidade da infraestrutura portuária de 144 países. Em relação aos países da América Latina o Brasil ficou acima apenas da Venezuela. Esses fatos comprovam que o sistema portuário nacional ainda está longe de ser suficiente para a demanda comercial em vigor e necessita de aperfeiçoamento urgente.

### **3 REFLEXOS DA CRISE INTERNACIONAL NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**

Na segunda metade do ano de 2008 e os primeiros meses de 2009 começaram a aparecer sinais de um mercado deteriorado na economia mundial com a redução de fluxos comerciais mundiais e a queda de produção, inicialmente nas economias desenvolvidas e posteriormente nas economias em desenvolvimento.

A crise das hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos teve como marco a quebra do banco *Lehman Brothers*<sup>2</sup> que ocorreu devido ao descontrole das políticas de crédito facilitado nos Estados Unidos que ocasionou a falência de bancos e gerou a necessidade de uma intervenção do Estado, onde o Governo ao injetar recursos como tentativa de evitar um colapso maior aumentou seu déficit público.

---

<sup>2</sup><http://economia.ig.com.br/criseeconomica/entenda-a-crise-economicamundial/n1597248705930.html>. Acesso em 10, agosto de 2013.

Conforme dados da OMC (2012) o comércio mundial apresentou ainda um crescimento em torno de 2% em volume no 1º semestre de 2008. Foi nos últimos meses que seu crescimento desacelerou, ficando com taxa abaixo de 6% de crescimento em volume experimentado em 2007. A produção mundial medida em função do Produto Interno Bruto (PIB) real também sofreu uma visível desaceleração diminuindo em torno de 1,7% em 2008, frente a 3,5% registrado um ano antes. (BRASIL, 2011)

Dessa forma, as turbulências do setor financeiro e a aguda escassez de crédito se ampliaram inexoravelmente a outros setores da economia. O declínio dos preços dos ativos, a fragilidade da demanda e a queda da produção se traduziram em uma marcada redução do crescimento da produção e do comércio em muitos países, que em alguns casos foram negativos por forte diminuição do crédito para o financiamento das importações e exportações. (BRASIL, 2011)

A crise começou nos Estados Unidos, se expandindo e afetando gravemente várias instituições financeiras e as economias de todo o mundo desenvolvido e em desenvolvimento. Esse cenário de crise perturbou o funcionamento normal do sistema bancário, privando as empresas e os particulares do crédito. A queda das bolsas e dos preços da moradia também contribuiu para a redução do poder econômico dos Estados Unidos e em outros países tem afetado os lares e famílias resistindo a comprar bens duráveis como automóveis e imóveis. (BRASIL, 2011)

De acordo com relatórios divulgados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE, 2009, p.3) “o comércio mundial registrou decréscimo de 12,5% em 2009 conforme estimativas elaboradas pelas Nações Unidas (2010)”. Segundo o ETENE esse fato representou a primeira retração em nível global registrada desde o fim da segunda guerra mundial.

Segundo Muniz e Lima (2009, p. 6) “o mundo enfrentou em 2008 uma grave crise no sistema financeiro internacional promovido pela falta de regulamentação do setor imobiliário norte-americano e que se fez sentir em todos os setores reais da economia mundial” Os autores citados explicam ainda que:

O efeito da crise foi uma quebradeira geral de diversas instituições financeiras e empresas que haviam investido nos títulos subprime e outros títulos com características semelhantes a estes. O primeiro impacto de uma crise desta proporção é o sistema bancário evitar realizar novos empréstimos (ou encarecer os empréstimos quando concedidos) e o encolhimento do mercado de capitais, justamente efeitos estes que ocorreram no mundo todo. (MUNIZ ; LIMA 2009, p.6)

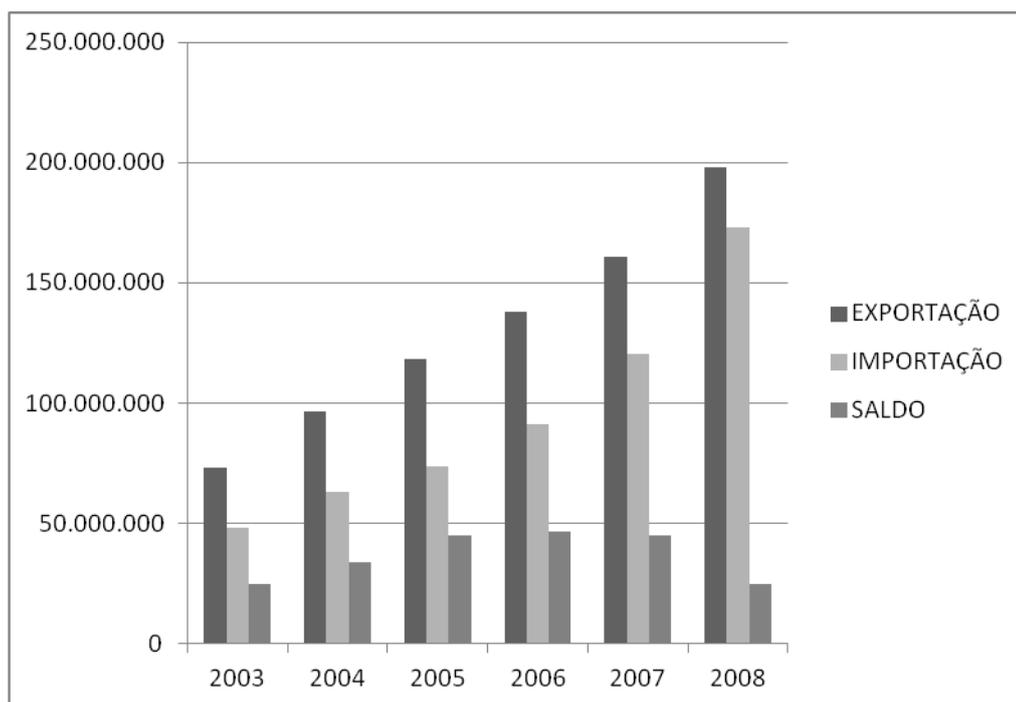
A crise econômica de 2008 foi responsável pelo repensamento do modelo neoliberal em exercício que vinha sendo dissipado pelo mundo inteiro como fórmula perfeita para o desenvolvimento. Os grandes polos comerciais do globo foram abalados pela crise, e nos dias de hoje ainda podemos verificar no prosseguimento da crise europeia, alguns vestígios da desestruturação econômica internacional nascida em 2008.

O cenário de crise econômica internacional pode ser visualizado pela redução do fluxo de comércio realizado entre os países. No Brasil, as empresas que dependiam de recursos americanos ou europeus, que foram os principais polos afetados pela crise, enfrentaram graves problemas incentivados pela queda das receitas de exportação. As empresas importadoras tiveram que enfrentar o aumento de custo de importação ou ainda reduzir o quantitativo o que produz mudanças negativas no processo produtivo. Esse contexto motivou a desvalorização do câmbio, o que por sua vez obrigou as empresas a repassar esse custo para o consumidor. Essa cultura de redução de despesa foi representada pela redução de mão de obra que provocou grandes impactos no mercado de trabalho (MUNIZ ; LIMA 2009)

Portanto, o que pode se observar no cenário brasileiro foi uma forte deterioração em 2008 da balança comercial brasileira que fechou o ano com um resultado não esperado de 38% inferior ao registrado em 2007 (US\$ 40 bilhões), em função do maior ritmo de crescimento das importações em relação às exportações (44% e 23%, respectivamente), mas ainda se mantendo no saldo positivo (+US\$ 24,7 bilhões). Supostamente conforme o grupo que analisa esse cenário, o determinante desse resultado foi o contexto de apreciação do real e de maior dinamismo da economia brasileira vigente até agosto, que simultaneamente impulsionou as importações e desestimulou as exportações (FUNDAP, 2013)

A seguir o gráfico 1 mostra a evolução do Comércio Exterior brasileiro influenciado pela trajetória das variáveis de taxa de câmbio e o nível de atividade que se mantiveram imunes na crise de 2008.

Gráfico 1- Evolução do Comércio Exterior Brasileiro (2003-2008)



Fonte: Elaboração própria a partir de fontes do MDIC

Sobre o cenário econômico brasileiro, não apenas dados e debates da Fundap revelam esse panorama, como também Fontenele e Melo (2010) esclarece que “o comércio exterior brasileiro começou a dar sinais de reflexo do aprofundamento da crise financeira internacional”. Houve retração nas vendas, nas compras e no saldo da balança comercial. Segundo estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil vinha apresentando taxas de crescimento econômico elevadas até a crise atingir o sistema financeiro nacional.

A eclosão da crise financeira em setembro de 2008 interrompeu o mais longo ciclo de crescimento econômico do Brasil no período recente. De fato, entre 2004 e 2008 o produto interno bruto (PIB) cresceu em média 4,8% ao ano (a.a.), sendo que em 2007 e 2008 crescia acima de 5%, taxa bastante superior à média do período imediatamente anterior: entre 1995 e 2002 o PIB cresceu 2,2% a.a. (IPEA, 2010, p.38)

Para Fontenele e Melo (2010, p.23) os resultados do comércio exterior brasileiro, nos últimos meses de 2008, foram menores do que os obtidos ao longo do ano. A concentração do saldo comercial e das exportações em setores pouco ou não industrializados, com baixa agregação de valor e baixo conteúdo tecnológico, trouxe preocupação tanto para o comércio externo quanto para a estrutura industrial do País.

A crise financeira intensificou a redução do saldo comercial, cujo processo teve início em 2007, lembrando também que este fato é corroborado pela ausência de política que fomentasse a exportação de produtos industrializados. Nesse sentido, no contexto de incertezas e retração da demanda, há necessidade de políticas que incluam taxas de câmbio competitivas, políticas industriais e de incentivo à inovação, assim como geração de condições sistêmicas favoráveis às transações externas (FONTENELE; MELO, 2010, p 23).

É importante observar que na citação acima, os autores consideram que a ausência de políticas governamentais de incentivo ao comércio exterior foi um fator que contribuiu junto com a crise de 2008 para o retrocesso dos saldos do comércio internacional brasileiro.

Segundo tabela de dados elaborada pela AEB (2012) tendo como fonte o MDIC/SECEX, a quantidade de empresas exportadoras em todo o Brasil no ano de 2008 era de 20.408 e passou para 19.300 no ano de 2012. Já de empresas Importadoras tínhamos 33.131 em 2008 e 43.500 em 2012. A diminuição do quantitativo de empresas exportadoras e aumento das empresas importadoras podem ser explicados pela forte valorização do real pós-crise mundial de 2008.

Em relação à região Nordeste, onde se localiza o Estado foco desta pesquisa (a Paraíba), Fontenele e Melo vai sustentar a mesma reação de decréscimo do comércio internacional com o advento da crise de 2008:

Na Região Nordeste, os impactos da crise não foram diferentes e, no último trimestre de 2008, o comércio externo regional já mostrou os primeiros sinais de reação. As vendas externas reduziram mês a mês, se comparadas com o mesmo período do ano anterior. Nesse período, a maioria dos setores ainda se beneficiava da expansão da demanda e da desvalorização do real, compensando a queda dos preços. No trimestre seguinte, em 2009, a retração das exportações foi ainda mais forte em comparação com o equivalente período de 2008. Nesse momento, setorialmente, o movimento se deu essencialmente pelo encolhimento de grande parte dos principais segmentos exportadores, o que exprime nitidamente a retração da demanda dos parceiros mais importantes. (FONTENELE ; MELO,2010, p.23)

Segundo relatório divulgado pela ETENE (2009), o enfraquecimento do desempenho das exportações nordestinas foi desfavorecido também pela apreciação do câmbio, além de ser mais uma vítima da redução das transações econômicas internacionais, característica desse novo cenário de retração da economia global.

Na região Nordeste, o comportamento da balança comercial revelou superávit de US\$ 0,9 bilhão no ano de 2009. Esse superávit é proveniente das exportações no valor de US\$ 11,6 bilhões e importações de US\$ 10,7 bilhões. Porém, assim como para o total

nacional, as exportações e importações apresentaram decréscimos, com relação ao ano de 2008, no caso do Nordeste, de 24,7% e 30,8%, respectivamente. É importante ressaltar que, desde o ano de 2000, não ocorria queda das exportações nordestinas (MDIC, 2013).

Diante das argumentações e dos dados apresentados até aqui, fica claro compreender que a crise financeira de 2008 foi claramente identificada no Brasil a partir dos impactos gerados na economia local. Certamente os impactos dessa crise foram mais visíveis nos Estados Unidos e nos demais grandes polos econômicos mundiais, devido sua superior estrutura industrial e financeira, porém podemos afirmar, a partir dos dados expostos, que a crise econômico-financeira de 2008 que não passou despercebida na economia brasileira certamente deverá ter influenciado no comércio internacional do Estado da Paraíba, área foco desta pesquisa.

#### **4 SISTEMÁTICA DO COMÉRCIO EXTERIOR PARAIBANO ENTRE 2008 E 2012**

O Estado da Paraíba ocupou em 2008 a 7<sup>o</sup> posição no índice de participação da exportação nordestina, responsável por cerca de 1,5 % da exportação da região a Paraíba ficou a frente apenas do Piauí e Sergipe (FONTENELE; MELO, 2010). No mesmo ano de 2008 o total de valores exportados 227.707 (USFOB) pela Paraíba indicou uma queda de 3,57% em relação ao ano de 2007, enquanto as importações aumentaram cerca de 29,75% , o que representou um total de 396.372 (USFOB) segundo dados do MDIC. A Tabela 1 a seguir demonstra o histórico da balança comercial do Estado da Paraíba entre os anos de 1997 a 2012, dados que refletem um tímido desenvolvimento do comércio internacional do Estado, e que apontam os períodos de superávit e déficit no comércio internacional paraibano.

**Tabela 1** Histórico da balança comercial da Paraíba – 1997-2012

<b>ANO</b>	<b>Exportação</b>	<b>Importação</b>	<b>Saldo</b>
<b>1997 à 2001</b>	<b>386.739.979</b>	<b>737.387.932</b>	<b>-350.647.953</b>
2002	117.818.256	79.056.710	38.761.546
2003	168.652.250	60.706.637	107.945.613
2004	214.280.447	98.055.955	116.224.492
2005	228.436.835	94.297.895	134.138.940
2006	209.391.408	169.465.265	39.926.143
2007	236.142.610	305.429.582	- 69.286.972
<b>2008</b>	<b>227.707.824</b>	<b>396.372.609</b>	<b>- 168.664.785</b>
<b>2009</b>	<b>158.200.879</b>	<b>433.709.955</b>	<b>- 275.509.076</b>
<b>2010</b>	<b>217.833.414</b>	<b>685.203.876</b>	<b>- 467.370.462</b>
<b>2011</b>	<b>255.191.013</b>	<b>1.018.045.114</b>	<b>-792.854.101</b>
<b>2012</b>	<b>234.369.072</b>	<b>619.553.881</b>	<b>-376.184.809</b>

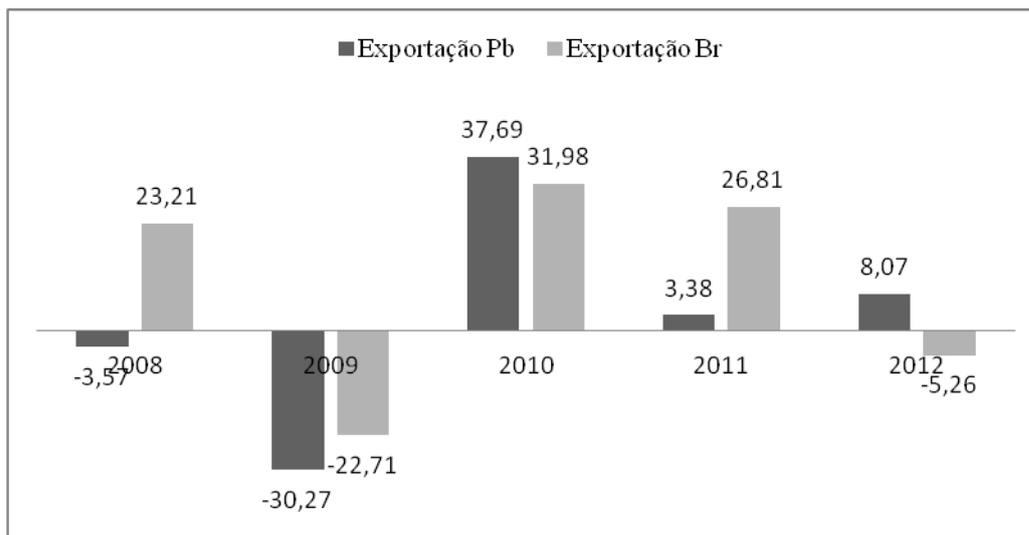
Valores em US FOB

Fonte: Elaboração própria a partir de fontes do MDIC

Observando os dados da tabela acima, constatamos que a balança comercial da Paraíba permaneceu positiva desde o ano de 2002 até o ano de 2007, justamente um ano antes da desorganização do sistema financeiro dos EUA ser percebida mundialmente. Percebemos também que as exportações do estado se apresentaram em crescimento estável em quatro anos consecutivos, entre 2002 e 2005. Já em 2006 as exportações apresentaram queda, o que levou a diminuição do saldo da balança comercial. Sobre as exportações ainda é importante notar que o total exportado no ano de 2007 só foi batido no ano de 2011, ou seja, as exportações paraibanas diminuíram gradualmente nesse período de quatro anos, teve uma recuperação no ano de 2011 e em 2012 voltou a cair. Observando as Importações, é necessário destacar seu constante crescimento entre os anos de 2004 a 2011, alcançando em 2011 um recorde nunca anteriormente visto que representou um aumento de quase 50% em relação ao ano anterior. No ano de 2012 as importações acompanharam o movimento negativo das exportações, tendo uma queda de 39,14% (MDIC, 2013).

Como já foi dito anteriormente, a valorização do real, pós-crise econômico-financeira de 2008, pode ser indicada como fator fundamental para o aumento da cultura de importação no estado da Paraíba e a consequente diminuição das exportações. Os gráficos a seguir tratarão de demonstrar o comportamento do comércio internacional paraibano comparado ao total do Brasil entre os anos de 2008 à 2012 visando analisar o crescimento e decréscimo do comércio exterior realizado pelas partes.

Gráfico 2- Variação anual das Exportações Paraibanas e Brasileiras (2008-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de fontes do MDIC

Como podemos observar no gráfico1, no ano de 2008 a variação positiva das exportações brasileiras não aparentou ser afetada pela crise. Porém as exportações paraibanas (que apresentaram aumento considerável no ano de 2007 segundo tabela exposta anteriormente) já iniciam o ciclo da crise financeira americana de 2008 com decréscimo de 3,57 %. Segundo dados do MDIC os Estados Unidos foi o principal destino das exportações paraibanas no ano de 2008 sendo responsável pelo recebimento de cerca de 52% do total exportado. Esse total de exportação paraibana com destino aos EUA apontou uma queda de 9,43% em relação ao ano de 2007. Destacamos ainda no mesmo ano de 2008 a queda de -27,63% das exportações para a Rússia, -15,28% das exportações para a Espanha e cerca de -30,11% das exportações tendo como destino a França. Sabendo que esses países foram algumas das principais economias afetadas pela crise de 2008, podemos seguramente correlacionar a queda das exportações paraibanas deste ano com a inicialização da crise econômica financeira.

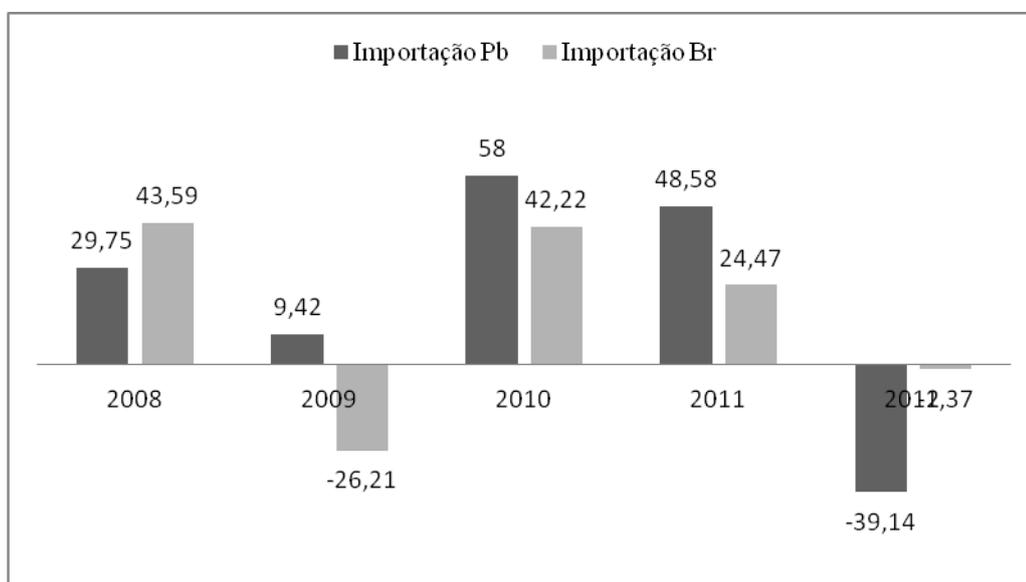
No ano de 2009, as exportações tanto paraibanas quanto o total brasileiro tiveram queda acentuada. Os países desenvolvidos receptores dos produtos paraibanos (EUA, Rússia, Espanha e França) no ano de 2009 prosseguiram na diminuição de suas participações. Em 2010 observamos um aumento considerável de 37,69% nas exportações paraibanas que superou o crescimento do total brasileiro. Esse aumento foi possível graças a ampliação dos destinos dos produtos paraibanos. Em 2011 as exportações paraibanas cresceram apenas 3,36% e em 2012 cerca de 8,07% (MDIC, 2013).

É importante ainda notar que os Estados Unidos, que sempre se manteve no topo dos países receptores dos produtos exportados pelo estado, apresentou uma queda drástica nas participações nesse período de crise. Em 2008 os EUA foi responsável por cerca de 58%, em 2009 caiu pra 44%, em 2010 representou 35%, em 2011 prosseguiu em queda representando 13% e em 2012 apenas 9,15%, quase sendo batido pela Argentina que foi responsável por 9,09% (MDIC, 2013).

Analisando esses dados percebemos que os Estados Unidos, diante da desestabilização sofrida pela crise econômica financeira, esteve bem próximo de perder sua posição de principal parceiro comercial da Paraíba. Por isso, foi de extrema importância para a recuperação das exportações locais fortalecer a ampliação de seu quadro de destinos durante esse período de crise. Segundo dados do MDIC, novos destinos a partir de 2009 surgiram no quadro de exportações paraibanas como Gana, Sri Lanka, Quênia, Senegal, Tanzânia e Argélia.

No ano de 2010, que ficou marcado pelo maior crescimento das exportações do período de crise, os países que mais cresceram em participação foram Peru, Cabo Verde, Hong Kong, e Coreia do Sul.

Gráfico 3- Variação anual das Importações Paraibanas e Brasileiras (2008-2012)



Fonte: Elaboração própria a partir de fontes do MDIC

Analisando esse segundo gráfico, tomamos como principal fato o constante crescimento das importações paraibanas entre 2008 e 2011 que chegou a superar o crescimento das importações brasileiras nos anos de 2009, 2010 e 2011, para indicar

como exemplo prático de comprovação da afirmação de que o barateamento do dólar influenciou diretamente no crescimento das importações paraibanas.

Segundo dados do MDIC, o continente asiático se manteve sempre como a principal região fornecedoras de produtos para a economia paraibana, tendo a China como o principal representante. Entre os anos de 2008 à 2012 a China só não ocupou o primeiro lugar no ranking de importações no ano de 2011, quando foi superada pelos Estados Unidos que atingiu sua maior participação com cerca de 27%. A postura norte-americana de fornecimento de produtos para economia paraibana revela um crescimento nas participações até o ano de 2011. Em 2008 representava 9%, em 2009 13 %, em 2010 13% , em 2011 27% e caiu em 2012 para 12%. Nesse período em estudo, torna-se importante destacar a presença da Argentina, Finlândia, Coréia do Sul e Vietnã entre as três primeiras posições no quadro de países que a Paraíba mais importou para demonstrar a diversificação no quadro de países de origem.

#### **4.1 Principais empresas paraibanas atuantes no comércio internacional**

Segundo dados fornecidos pelo MDIC, o quadro das principais empresas exportadoras da Paraíba se manteve quase que inalterado considerando o período em estudo. Os primeiros lugares no ranking de exportação sempre foram disputados entre a Alpargatas, Coteminas e algumas empresas produtoras de açúcar e derivados. No ano de 2008 e 2009 somente a Coteminas e a Alpargatas foram responsáveis por mais de 70% das exportações totais. A Alpargatas se destacou nesse período em análise por ter permanecido nesse ranking e ter representado sozinha 43% das exportações totais no ano de 2012. A Coteminas ao contrário reduziu sua participação nesse período de 2008 a 2012, onde caiu do 1º lugar em 2008 com cerca de 43,77% para o 11º lugar com apenas 1,83% das exportações. As outras empresas não chegam a representar 10% das exportações, mas é interessante destacar a presença constante de duas ou mais empresas produtoras de açúcares ou derivados entre as 10 principais empresas exportadoras do estado (MDIC, 2013)

O quadro das principais empresas importadoras entre os anos de 2008 e 2012 é por sua vez mais diversificado, sendo necessário cerca de sete ou mais empresas para somar um total de 50% das importações. As empresas que chegaram ao topo do ranking de importação nesse período foram: a Alpargatas com cerca de 14% em 2008, 12% em

2009 e 18% em 2010; a Borborema Energética com 9,02% em 2010; e a Centrais Elétricas da Paraíba com 13,9 % em 2011(MDIC, 2013).

#### **4.2 Principais produtos comercializados internacionalmente pela Paraíba**

Segundo dados do MDIC, os principais produtos da pauta de exportação paraibana, considerando o período em análise foram: roupas de toucador, calçados de borracha e açúcares de cana. Assim como o quadro de empresas exportadoras se caracteriza pela concentração, o mesmo fato ocorre no produtos exportados pelo estado. No ano de 2008 as exportações de roupas de tocador e calçados de borracha somaram mais de 63% das exportações. Em 2012 as exportações de calçados de borracha representaram individualmente mais de 41% das exportações, e destacamos ainda a exportação de açúcares de cana e álcool etílico que nesse mesmo ano somaram outros 36% do total exportado pela Paraíba. Outros produtos que apareceram com frequência na lista dos 10 mais exportados nesse período de estudo foram: Ilmenita, cordeis de sisal e mamões papaias frescos.

Sobre a pauta de importações da Paraíba destacamos uma grande diversificação dos produtos se compararmos com a lista de exportações. Os principal produto importado- coque de petróleo- representou isoladamente apenas 8,17% no ano de 2008, em 2009 o primeiro lugar da lista de importados- calçados para esportes- representou apenas 4,71%, em 2009 o principal representante- outros grupos para eletrog/motor disel- somou 7,65%, em 2010- outros grupos para eletrog/motor disel- 13,9% e em 2012 15,72%- calçados para esportes.

No quadro de importação os produtos calçados para esportes, coque de petróleo e trigo, destacam-se por terem permanecido sempre presentes no ranking dos 10 produtos mais importados durante o período em análise. Outros produtos como, pneus novos para caminhões, álcool etílico, laminas de ferro e aço também foram bastante representativos. Uma maior concentração na pauta de produtos importados pode ser observada no ano de 2011, quando os 10 principais produtos somaram mais de 56% do total esportado pela paraíba. Nesse ano de 2011 a Paraíba importou um total de 1.018.045.114 (US FOB) atingindo um recorde histórico (MDIC, 2013).

### 4.3 Infraestrutura para o Comércio Internacional Paraibano

Sabendo que o modal de transporte mais importante para o comércio internacional é o marítimo, a estrutura portuária do Estado da Paraíba, se apresenta consequentemente como a principal variável de infraestrutura para o comércio exterior do estado. Segundo informações divulgadas pelo Governo do Estado da Paraíba<sup>3</sup>, a estrutura portuária de Cabedelo, é composta de 602 metros de cais, o calado atual é de 9,14 metros, possui 14 mil metros quadrados de área em seus sete armazéns, comporta 63.859 metros cúbicos e cerca de 57.700 toneladas em seus 16 silos além de contar com 18 mil metros quadrados de pátio e 32 hectares de retroárea.

Considerando o período reservado para estudo nesse trabalho, é válido destacar o fato de que no ano de 2011 foi registrado um crescimento de 27,97% de movimentação de cargas no porto de Cabedelo em relação ao ano anterior. Podemos correlacionar ainda esse crescimento ao grande salto das importações paraibanas que nesse mesmo ano alcançaram um recorde responsável por quase 50% de crescimento em relação ao ano de 2010. O governo do Estado da Paraíba divulgou também um crescimento de 6% em 2012, na movimentação de granel sólido, granel líquido e carga solta em relação a 2011. Esse crescimento teve destaque por ter superado a média de crescimento nacional que foi de 3%. Fazendo uma comparação com o porto de Recife que somou um total de 1 milhão 716 mil toneladas em 2012, o porto de Cabedelo superou em 175 mil toneladas a mais, ficando a frente dos portos de Areia Branca (RN), Ilhéus (BA), Niterói, Angra dos Reis, Belém (PA), Antonina, Pelotas e Porto Alegre (RS) e porto São Sebastião, em São Paulo.

O porto de cabedelo é o mais oriental das américas, tem facilidades em logística e localização por ter acesso direto à BR230 e à ferrovia transnordestina. Inaugurado no ano de 1935, desde o ano de 1893 o porto iniciou seu projeto de construção e suas primeiras obras de dragagem. O porto de Cabedelo que atualmente é administrado pela Companhia Docas da Paraíba, foi adiministrado anteriormente pelo Estado da Paraíba, pela Empresa de Portos do Brasil S.A; e pela Companhia de Docas do Rio Grande do Norte.

---

<sup>3</sup> <http://www.portodecabedelo.com.br/noticia/1312/porto-de-cabedelo-e-primeiro-em-crescimento-do-nordeste#.UiEcA9I3uSo>. Acesso em 30, agosto de 2013

Um novo projeto de ampliação da movimentação do porto, conhecido como o Terminal de Multiuso já foi enviado a Brasília desde abril de 2011 e corresponde a um investimento da ordem de \$ 700 milhões. A Companhia de Docas/Pb é atualmente vinculada à Secretaria Especial de Portos, órgão federal que tem com missão equalizar os portos brasileiros em um mesmo grau de competitividade.

## **5 Considerações Finais**

A partir dos estudos abordados no presente trabalho, embora não suficientes e inesgotáveis, pode-se concluir que a crise internacional 2008 repercutiu visivelmente sobre a sistemática do comércio exterior do estado da Paraíba. Pudemos perceber que a deterioração praticamente generalizada da demanda internacional a partir do último trimestre de 2008 atingiu de forma mais rápida os mercados não apenas de commodities como também empresas que mantinham uma forte relação comercial na pauta exportadora na Paraíba, como a produção de calçados e o setor têxtil. A queda da participação da Coteminas pós crise de 2008, que historicamente vinha se mantendo nos primeiros lugares da lista de empresas exportadoras, pode ser exposto como um exemplo de mutação da sistemática paraibana de comércio exterior, ao verificar sua queda do 1º lugar alcançado em 2008 para o 11º lugar no ano de 2012. Vale mencionar que empresas que exportavam deixaram de fazer essa prática em virtude do determinante da taxa de câmbio e como também a logística que influencia o panorama da exportação.

A partir dos dados coletados vimos que os Estados Unidos, país onde a crise eclodiu, prosseguia historicamente se mantendo como principal parceiro internacional chegando a ser receptor de mais de 50% do total de produtos exportados pela Paraíba. Porém com o advento da crise, a participação dos Estados chegou a cair para apenas 9,15% no ano de 2012 como mostram os dados. Essa realidade proporcionou uma importante mudança nas relações comerciais internacionais do estado, que foi justamente o ingresso de novos parceiros no quadro de destino e surgimento de novos produtos comercializados pelo Estado. Essa nova formação nas parcerias econômicas paraibanas pode ser considerado um ponto positivo, já que a ampliação de parcerias e destinos facilita a barganha e minimiza a dependência comercial. Nesse novo cenário destacamos a China como um possível parceiro com potencial para substituir os Estados Unidos.

O aumento expressivo das importações do Estado também pode ser citado como produto da crise. Nota-se ainda um forte crescimento e diversificação no quadro de empresas importadoras no estado da Paraíba após a crise de 2008, graças ao barateamento do dólar, fato que promoveu saldos negativos na balança comercial do estado do ano de 2008 a 2012. No quadro das importações percebe-se grande complexidade tanto nas empresas quanto nos produtos importados, fator esse que motiva o comércio local do estado e contribuí diretamente pra o PIB.

Ao verificar o *record* de movimentação de cargas no porto do estado, onde o porto de Cabedelo superou alguns dos principais portos do Brasil, pode-se inferir de que a infraestrutura portuária do estado, a partir dos investimentos e reformas realizadas pelo governo, não pode mais ser utilizada como prerrogativa para justificar o fraco desenvolvimento do setor em questão comparado a outros estados do nordeste. Em contrapartida, ao observar o padrão dos produtos comercializados, onde os exportados são essencialmente de baixo valor agregado, em grande maioria produtos primários enquanto os importados representam tecnologias -matéria prima para indústrias- e outros produtos de alto valor, compreendemos a facilidade existente para a manutenção de uma balança comercial quase sempre deficitária, e uma grande dificuldade para uma possível alavancagem da cultura exportadora.

A pesquisa possibilitou ainda verificar uma escassa produção de trabalhos analíticos sobre o tema, como excessão de órgãos do governo, pouco se produz em termos acadêmicos sobre o comércio exterior da Paraíba.

Uma possibilidade para mudar esse cenário seria o Estado promover mais incentivos como tentativa de estabelecer o comércio exterior como via de desenvolvimento econômico para a região. O aprofundamento de pesquisas na área também facilitaria encontrar alternativas para expansão do setor, assim como o maiores incentivos para que o setor industrial tecnológico da região se desenvolvesse visando um prolongamento internacional.

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the systematic of the foreign trade of the state of Paraíba in the form of scientific research and properly assess the macroeconomic impact in the period 2008-2012, considering the changes produced by the financial crisis of 2008, which occurred in the United States. Specifically companies that acted at that time were investigated according to the arrangement and production segment. The methodological procedures adopted the combination of methods: exploratory and documentary, in which secondary data already obtained in preliminary studies were observed. Finally, it is concluded that the system of foreign trade in the State of Paraíba has undergone some changes motivated by the international crisis and its political impositions substantiated by economic interdependence of international trade.

**KEY-WORDS:** Foreign Trade of Paraíba. Crisis of 2008. Financial Impact.

### Referências Bibliográficas

AEB, Associação Brasileira de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.aeb.org.br/noticia.asp?Id=691>> Acesso em 10 abr. 2013

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior. **Siscomex**. Brasília, DF: Secex, 2007. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>> Acesso em: 10 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/siscomex/index-.html>> Acesso em: 17 abri.2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/desenvolvimento-comercio-internacional-e-financas/organizacao-mundial-do-comercio>> Acesso em: 18 abr. 2013

CAMPIÃO, Gilberto Álvaro; PIETROBELLI, Antônio. Guia prático de negócios internacionais- ExportNews: notícias e oportunidades- como ingressar no mercado externo. Rio de Janeiro: CD-ROM produzido por Luna's Art Editora, 2002.

CNT, Confederação Nacional de Transportes. Revista CNT Transporte Atual. Ed 208 Longe do Ideal. Disponível em: <[http://issuu.com/transporteactual/docs/revista\\_cnt\\_208\\_final/21?e=2235293/1041647](http://issuu.com/transporteactual/docs/revista_cnt_208_final/21?e=2235293/1041647)> Acesso em: 30 ago. 2013

DIAS, Reinaldo. *A construção do Sistema Internacional de Comércio: Globalização e Blocos Econômicos Regionais*. In: DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. **Comércio Exterior: Teoria e Gestão**. São Paulo: Atlas, 2004.

FIORATI, Jete. Jane. A importância das negociações internacionais na criação das normas da Organização Mundial do Comércio. **Cena Internacional**, Brasília, n. , p. 43-67, dez. 2002. Ano 4 N° 2.

FONTENELE, Ana Maria; MELO, Maria Cristina Pereira de. *Comércio Exterior do Nordeste (1990-2008) e dilemas de política pública em uma economia pobre com pauta concentrada*. **Cadernos do Desenvolvimento**, Recife, n. 5, p.322-348, out. 2010.

FUNDAP, FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO. **Balança comercial de economia**. Disponível < <http://www.fundap.sp.gov.br/>> Acesso em: 07 de julho de 2014.

KEEDI, Samir. **ABC do Comércio Exterior, Abrindo as Primeiras Páginas**. 4 ed São Paulo: Aduaneiras, 2011.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. **Administração de Marketing**. Tradução; Sonia Midori Yamamoto; 14ª Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MUNIZ, André Luiz Pires; LIMA, Carla Melo. *O impacto da crise SUBPRIME no fluxo de comércio internacional e no mercado de trabalho de Catalão-GO*. **CEPPG**, Catalão, v. 2009, n. 21, p.166-182, fev. 2009.

OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. Livre Comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. **Urutágua**, Maringá/paraná, v. 11, p.1-18, mar. 2007. Quadrimestral.

PEIXOTO, Pedro Bezerra. **BALANÇA COMERCIAL DO CEARÁ NO PERÍODO DE 2006 A 2011: UMA ANÁLISE DO FLUXO INTERESTADUAL. FORTALEZA 2013**. 2013. 64 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Departamento de Economia Aplicada, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

PEREIRA, Wesley Robert. Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio. **Cenários Puc Minas: Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte n., p. 1-6, 08 set. 2005.

PRATES, Alcides G.R., Comentários sobre o Acordo Constitutivo da OMC. In: CASELLA, Paulo Borba; MERCADANTE, Araminta de Azevedo (coord.) **Guerra Comercial ou Integração Mundial pelo Comércio? A OMC e o Brasil**. 01º Ed. São Paulo: LTr, 1998.

RAMOS, Ronaldo J. Souza. *A construção do Sistema Internacional de Comércio-Evolução da estrutura do Comércio Internacional*. In: DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. **Comércio Exterior : Teoria e Gestão**. São Paulo: Atlas, 2004. p. 147-178.

RIGHETTI, Renato César.; MICHEL, Murilo. **O comércio internacional como fonte geradora de desenvolvimento econômico e social do país**. **Rev. Científica Eletrônica de Administração**. Ano VII, n.12. Jun. 2007. ISSN: 16766822

RIBEIRO, Fernanda Cecília Ferreira; FERREIRA JUNIOR, Moacir de Miranda; BORINI, Felipe Mendes. **Internacionalização Acelerada de Empresas de Base Tecnológica: As born globals brasileiras**. In: ENANPAD, 27., 2012, Rio de Janeiro. p. 1 - 16.

RODRIGUES, Waldemar. *Sistemática do Comércio Exterior- Sistemática de Exportação Conceitos, Operacionalização e Práticas*. . In: DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. **Comércio Exterior: Teoria e Gestão**. São Paulo: Atlas, 2004 p. 193-235.

SEGRE, German. **Manual prático de comércio exterior**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOUSA, José Meireles de. **Gestão do Comércio Exterior- Importação/Exportação**. Vol.4 São Paulo: Saraiva, 2010.